

Comissão deixa juros livres

Emenda queria lei controlando o mercado mas não passou

A Comissão de Sistematização rejeitou ontem por 51 votos a 28 e duas abstenções, emenda do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) estabelecendo que os juros e os créditos em geral seriam regulados em lei complementar. Ao iniciar a votação do capítulo do Sistema Financeiro Nacional, que de acordo com o artigo 21 será regulado em lei a partir de princípios estabelecidos no substitutivo de Bernardo Cabral, Bonifácio tentou incluir, entre eles, a questão dos juros e dos créditos.

O deputado afirmou que o Governo não pode usar os juros como um instrumento para aumentar impostos e, conseqüentemente, o caixa governamental e, por isso, a matéria deveria ser de competência do Poder Legislativo. Para encaminhar contra, falou o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) lembrando que as taxas de juros dependem da oferta de moedas e não podem ser reguladas por lei e que o Congresso já irá fixar receitas e despesas da União. Ele afirmou que com a aprovação da emenda, estaria se retirando do Governo a capacidade de fazer política financeira o que tornaria inviável a política econômica do País.

O deputado José Serra (PMDB-SP), contrário à emenda, afirmou que o nível das taxas de juros depende de índices internacionais, de políticas da dívida pública do Tesouro e expectativas da Economia. Pela tendência a favor do parlamentarismo, disse, o Legislativo poderá aprovar ou não as políticas do Executivo e concluiu: "o fato de não se dizer nada a respeito no texto constitucional, não implica que o Legislativo não poderá intervir nessas questões".

O deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) apresentou emenda suprimindo o inciso II, do artigo 21, que determina as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras nacionais. Rejeitada por 58 votos a 28, a emenda pretendia, principalmente, retirar o caráter de reciprocidade, uma das condições para a participação do capital estrangeiro, que também exige, de acordo com o substitutivo, respeito aos interesses nacionais e aos acordos internacionais.

O argumento levantado pelo deputado era o de que as relações internacionais podem se alterar futuramente, por isso é desaconselhável a reciprocidade.

Outra proposta rejeitada por 39 votos a 29, foi apresentada pelo deputado Luis Gushiken (PT-SP), prevenindo que um dos diretores do Banco Central a serem indicados pelo Presidente da República, deveria ser funcionário de carreira do próprio Banco e eleito previamente pelo conjunto de seus funcionários.

Por entender que não se trata de assunto socializante, Gushiken lembrou o recente escândalo do Banepa que só foi possível chegar ao conhecimento da opinião pública porque aquela instituição tem um de seus diretores eleito pelos funcionários. O deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), ao pedir que todos votassem contra a emenda, afirmou que a Constituinte já havia aprovado o princípio geral da participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas, em seu artigo 6, inciso IX.

GIVALDO BARBOSA



Lourenço e Cardoso Alves entram no espírito da brincadeira de Genoio

Só a direita aparece no gabinete de Genoio

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

Que tal ver o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, tocando o Ministério da Reforma Agrária? E o ex-ministro e ex-deputado Ibrahim Abi-Ackel à frente da Pasta das Minas e Energia? O que lhe parece ter o senador Roberto Campos despatchando diariamente no Ministério da Ciência e Tecnologia, bastante preocupado com a reserva de mercado? E mais: Como seria ter o general Newton Cruz ocupando o Gabinete Militar? Esses seriam apenas quatro nomes do gabinete do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), após assumir o cargo de primeiro-ministro brasileiro. O deputado, porém, só ficou sabendo da escalada mais de meia hora após ela ser concluída. O grande articulador do gabinete não foi — como os nomes poderiam sugerir — um parlamentar da direita, mas um dos mais ativos representantes da esquerda: o deputado presidencialista José Genoio (PT/SP).

Tudo começou no início da tarde, quando chegou ao plenário da Comissão de Sistematização — antes da sessão — o deputado José Tavares. Brincando, ele disse ao deputado petista e a alguns jornalistas que um bom argumento para rejeitar o parlamentarismo era a possibilidade de o deputado Roberto Cardoso Alves ser o primeiro-ministro. Com a entrada do deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ) na conversa, José Genoio passou a escalar o ministério. Isto porque Daso — que é um dos principais articuladores do Centrão — admitiu que o grupo pretende fazer o primeiro-ministro, caso o parlamentarismo seja mesmo aprovado.

NEGOCIAÇÕES

Logo Genoio estava cercado por jornalistas e por outros deputados que com ele começaram a fechar o ministério. Genoio não perdeu tempo: Escolheu a deputada Rita

Furtado (PFL/RO) para ocupar a Educação. Assim, de ministério em ministério e de brincadeira em brincadeira, em menos de 15 minutos o gabinete estava praticamente concluído. Para negociações futuras foram reservadas algumas pastas, como a da Saúde, da Previdência, do Interior e da Habitação, além dos quatro ministérios militares. O Ministério da Administração, diante da dificuldade para apontar um titular, foi extinto por José Genoio, aplicando o princípio da reforma administrativa. Em compensação, o atual governador do Distrito Federal, José Aparecido, teve uma Pasta especialmente criada para ele: a do Turismo.

CONTEMPLADOS

O gabinete fechado por Genoio contempla o deputado Delfim Netto (PDS/SP) com amplos poderes. Ele, que já foi ministro do Planejamento e da Fazenda em ocasiões diferentes, teria agora as duas pastas de uma só vez. O Ministério das Comunicações seria hereditário, já que passaria das mãos do atual ministro, Antônio Carlos Magalhães, para as mãos do filho dele, o deputado Luiz Eduardo (PFL/BA). Para o Ministério da Justiça a indicação inicial foi do deputado José Lourenço (PFL/BA). Mas como em política as coisas mudam muito rapidamente, minutos depois Lourenço já ocupava o Ministério das Relações Exteriores, segundo Genoio, por seu "caráter reconhecidamente diplomático". O líder do PFL na Câmara agradeceu a indicação, mas avisou que preferia mesmo ficar na Justiça. "O meu primeiro ato seria mandar prender o Genoio", avisou, bem-humorado. O Ministério da Justiça, no entanto, terminou nas mãos do consultor geral da República, Saulo Ramos.

Outra indicação polêmica foi a do atual governador de Minas para o Ministério da Cultura. Genoio não teve dúvidas, mas o "primeiro-

ministro" Roberto Cardoso Alves preferiu ter o senador Afonso Arinos (PFL/RJ) na Pasta. "Vou negociar com a esquerda", avisou. Outra modificação imposta por Roberto foi a do ministro da Agricultura. Genoio havia apontado o deputado José Egreja (PTB/SP), mas o "primeiro-ministro" preferiu o deputado Rosa Prata (PMDB/MG). Também na liderança do Governo na Câmara não houve coincidência de idéias. O deputado petista indicou o atual líder do PTB, deputado Gastone Righi, para o cargo. Mas Roberto Cardoso Alves preferiu manter o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA) na função, dando a Righi a posição de "líder do nosso partido aqui".

MUDANÇAS

Mudanças houve ainda na Pasta da Indústria e do Comércio. O indicado por Genoio foi o deputado Afif Domingos (PL-SP), mas o primeiro-ministro simplesmente vetou o nome, sem indicar um alternativo. No Ministério do Trabalho, Ari Campista foi trocado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros. O próprio Genoio preferiu alguns nomes: ele não incluiu os senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Albano Franco (PMDB-SE) no gabinete, por considerá-los muito à esquerda. "Afinal, os dois têm votado conosco", explicou.

Roberto Cardoso Alves, ao tomar conhecimento da lista, entrou no espírito da brincadeira, dizendo-se emocionado com a manifestação dos colegas. Ele afirmou, inclusive, que gostaria de ter como presidente da República o ex-governador do Rio, Leonel Brizola. Houve, porém, quem visse um pouco de verdade em tudo. O deputado José Lourenço disse que se não houvesse uma nítida hegemonia do Centrão, jamais José Genoio teria iniciado a escalada do gabinete, fazendo piada disso.

Voto fantasma provoca briga na Constituinte

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

Um voto fantasma agitou a sessão de ontem na Comissão de Sistematização, provocando polêmica que consumiu quase uma hora dos apertados prazos de votação. O incidente aconteceu durante a votação de emenda para permitir a participação de empregados de empresas públicas e de economia mista na sua administração. O painel eletrônico registrou o nome e o voto sim do deputado Gerson Peres (PDS-PA) sem que ele sequer tivesse sentido para votar.

— Eu não votei, cheguei atrasado e estava aqui conversando com o deputado Manoel Ribeiro (PMDB-PR) na hora de votar, mas o meu nome apareceu re-

gistrado com o voto sim. Isto é muito sério. Alguém usou o meu código para votar — protestou o deputado pedessista.

A declaração de Peres desencadeou uma série de questões de ordens só encerrada quando o senador Afonso Arinos, na presidência da Mesa, garantiu que convocaria uma reunião especial com os relatores para examinar o assunto. Antes, ele já concordara em anular a votação, e advertiu Gerson Peres: "Desa vez o senhor vai sentar e votar", disse Arinos, visivelmente contrariado.

A estranha coincidência que surpreendeu o deputado Gerson Peres exatamente no momento em que ele entrava no plenário fez com que o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) chamasse a atenção para o perigo

de manobras que tentem criar obstáculos no processo de votação. O deputado peemedebista lembrou que a senha que possibilita a votação é individual e secreta e sugeriu que o número de Peres fosse mudado.

O senador Afonso Arinos preferiu ficar com a tese de falha técnica a aceitar a hipótese de sabotagem deliberada. "A impressão do presidente é que as alegações ainda são insuficientes para que se levante suspeita sobre um deputado ou uma bancada", disse ele, sugerindo a realização de revisões periódicas no sistema eletrônico.

— O erro mecânico acontece e é imprevisível, porque até hoje não se conseguiu dar à máquina percepção do erro, imaginação e sentimentos.

Usucapião no meio rural é sacramentado

O usucapião rural após cinco anos ininterruptos de moradia em trecho de terra não superior a 50 hectares, foi aprovado ontem pela Comissão de Sistematização, através de proposição do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS). Essa emenda entrará como artigo no capítulo da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária.

Vicente Bogo lembrou que era preciso estender instituto do usucapião urbano ao meio rural. Nenhum parlamentar falou contra a emenda, que foi aprovada por 68 votos sim; 7 votos não; e uma abstenção, apesar do senador Virgílio Távora (PDS-CE) ter pedido o apoio unânime.

Na defesa de sua emenda, o deputado criticou a idéia feita por muitos de que no governo de João Figueiredo foi realizada a maior reforma agrária deste País. Lembrou que o ex-presidente, valendo-se de decreto por ele baixado, alterando o prazo de moradia de 10 para cinco anos, concedeu título de posse a muitos agricultores.

O artigo aprovado teve a seguinte redação: "todo trabalhador ou trabalhador que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por cinco anos ininterruptamente, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a 50 hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho ou de sua família, e tendo nela sua moradia, adquirir-lhe a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita".

Reforma agrária acaba sem briga

O acordo firmado anteriormente entre os partidos no sentido de se aprovar um dos temas mais polêmicos na Constituinte, o da reforma agrária, continuou na sessão de ontem quando foram votados os últimos artigos do capítulo da Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária. O acordo foi estendido ao artigo 28, referente aos assentamentos, onde se pretendia dar nova redação ao texto, o que foi atingido com aprovação da emenda do deputado Vitor Faccioni (PDS-RS), instituindo políticas de cooperativas.

A emenda Faccioni criou um parágrafo único e prevê políticas de participação das cooperativas desde os assentamentos, assistência técnica, creditícia, organização da produção, comercialização, distribuição e industrialização.